

ANEXO IV

(Logótipo)		REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO ETOPS						
1. Identificação do operador:								
Nome _____								
Morada _____								
Contacto _____				N.º _____		Tel. _____		
_____				N.º _____		Fax _____		
E-mail _____								
2. Frota a utilizar:								
Marca	Modelo	N/S aeronave	Motores	N/S motores	Matrícula	Tempo máx. diversão aprovado (projecto tipo)	Experiência operacional previa com este tipo de aeronave (meses)	
3. Especificações:								
Tempo máx. diversão requerido/Milhas (Min/N.M.)		Rotas e Áreas de operação propostas			Aeródromos alternativos			
4. Documentação anexa:								
(Assinalar com um √ a documentação entregue)								
MEL e/ou revisão <input type="checkbox"/>								
Manual ETOPS Operações e/ou revisão <input type="checkbox"/>								
Manual ETOPS Manutenção e/ou revisão <input type="checkbox"/>								
Revisão ao manual de operações de voo (MOV), partes A, B e C <input type="checkbox"/>								
Performance da aeronave com um motor inoperativo e perda de pressurização <input type="checkbox"/>								
Programa de Manutenção com incorporação dos requisitos do CMP <input type="checkbox"/>								
Programa de monitorização do consumo de óleo <input type="checkbox"/>								
Programa de monitorização do sistema propulsor <input type="checkbox"/>								
Programa de Formação para tripulações, pessoal de despacho de voo e Manutenção <input type="checkbox"/>								
Programa para controlo de peças, componentes e equipamentos ETOPS <input type="checkbox"/>								
Programa de fiabilidade <input type="checkbox"/>								
Lista das modificações incorporadas de acordo com o CMP aplicado <input type="checkbox"/>								
Lista do pessoal de manutenção com qualificação ETOPS <input type="checkbox"/>								
Data: _____/_____/_____								
Director de Operações _____								
(Assinatura)								

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 25 391/2006

A Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, reconhecendo a importância cívica e o manifesto interesse social desta actividade.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, regulamentou as condições de acesso e garantia dos direitos do voluntário, procedendo ainda, no seu artigo 20.º, à criação do Conselho Nacional para Promoção do Voluntariado, cuja composição foi, por sua vez, definida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2000, determinando que o mesmo é presidido por uma individualidade a nomear por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Assim:

1 — É nomeada a licenciada Elza Maria Pires Chambel para presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.
2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 16 de Outubro de 2006.

20 de Novembro de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Síntese nota biográfica

Elza Maria Pires Chambel, nascida a 10 de Fevereiro de 1936, de nacionalidade portuguesa, natural de Rio de Janeiro, Brasil, licenciou-se em 1960 em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Situação profissional:

Aposentada da Administração Pública desde 30 de Julho de 2002; Consultora em projectos de acção e desenvolvimento social.

Experiência profissional:

Vogal do conselho directivo do Instituto da Solidariedade e Segurança Social e administradora delegada regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, de Dezembro de 2001 a Julho de 2002;

Presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, em acumulação e a título gracioso, com as funções de comissária da Luta contra a Pobreza, de Maio de 1999 a Dezembro de 2001;

Comissária regional do Sul da Luta contra a Pobreza, de Janeiro de 1996 a 30 de Julho de 2002, acumulando a partir de Dezembro de 1999 também as funções de comissária regional do Norte da Luta contra a Pobreza;

Adjunta do Gabinete do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, de Outubro de 1995 a Janeiro de 1996;

Presidente da direcção da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, de Setembro de 1992 a Fevereiro de 1995;

Conselheira técnica principal do projecto de criação do Sistema de Segurança Social Angolano, de Março de 1991 a Setembro de 1992;

Assessora técnica da presidente da União Internacional dos Organismos Familiares, de 1990 a Março de 1991;

Presidente do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do distrito de Santarém, de 1983 a 1990;

Presidente da comissão instaladora do Centro Regional de Segurança Social do distrito de Santarém, de 1979 a 1983;

Directora distrital de Segurança Social do distrito de Santarém, de 1977 a 1979.

Outras actividades:

Membro da Rede Europeia de Acção Social (ESAN), integrando, desde Junho de 2003, o conselho de administração;

Membro do Comité de Pilotagem do Programa Strategies and Tools Against Exclusion and Poverty (STEP) da OIT, de 1999 a 2004;

Perita do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) desde 1991, no âmbito dos seguintes projectos: «Estudo sobre o impacto da economia informal na redução da pobreza e da exclusão social nos PALOP», enquanto membro da comissão de acompanhamento; planificação e organização em Cabo Verde de um atelier de difusão da experiência portuguesa de luta contra a exclusão social e capitalização de boas práticas, de Maio a Setembro de 2003; Projecto ANG/90/012 — Implementação do Instituto Nacional de Segurança Social de Angola, de Fevereiro de 1991 a Setembro de 1992, como perita da segurança social.

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 25 392/2006

Nos termos e para os efeitos consignados no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, informam-se os interessados de que, relativamente ao concurso externo de ingresso para provimento de 55 lugares na categoria de assistente de acção educativa, da carreira de assistente de acção educativa, do quadro de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., aberto pelo aviso n.º 1863/2004 (2.ª série), in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2004, rectificado por aviso publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 29 de Agosto de 2005, se encontra afixada na Provedoria da Casa Pia de Lisboa, sita na Avenida do Restelo, 1, 1449-008 Lisboa, a lista de classificação e ordenação final.

24 de Novembro de 2006. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.